NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

Os objetivos sociais da ALL – Malha Norte ("Companhia"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, definidos em seu estatuto são os seguintes:

- Construir e explorar os sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias;
- Prestar serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias;
- Instalar e explorar terminais intermodais;
- Operar em portos;
- Construir edifícios e estruturas;
- Utilizar a faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares;
- Prestar serviços de consultoria técnica;
- Participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- Executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas acima.

Em 19 de maio de 1989 a Companhia firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato. Tratase da única ferrovia no País recentemente construída com capital privado.

A Companhia detém o controle compartilhado da investida Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer). A Portofer é uma sociedade de propósito específico constituída em 28 de junho de 2000 pela Ferroban Ferrovias Bandeirantes S.A. (atualmente denominada ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.) e pela Companhia, sócias que possuem cada uma, 50% de suas quotas. Controla 90 km de linhas férreas no Porto de Santos e tem como objetivo fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto através de contrato assinado com a CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) por um período de 25 anos, prorrogável de comum acordo entre as partes.

Adicionalmente, a Companhia detém o controle compartilhado do Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX), o qual foi constituído em 03 de janeiro de 2001 e iniciou suas atividades em 01 de julho de 2002. A Companhia detém a participação de 50% de suas ações. Seus objetivos principais são a exploração e operação de instalação portuária em geral e exploração comercial de um terminal na área onde se localiza o Terminal XXXIX para movimentação de produtos agrícolas, a granel e de outras mercadorias afins.

Em 30 de dezembro de 2009, os quotistas da controladora Multimodal e acionistas da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. ("ALL Malha Norte"), ALL – América Latina Logística Malha

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Paulista S.A. ("ALL Malha Paulista") e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. ("ALL Malha Oeste"), com base em Laudo de Avaliação Contábil, aprovaram a cisão total da controladora Multimodal Participações Ltda. e incorporação de três parcelas cindidas por ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste, com a consequente extinção da Multimodal e a sucessão, por cada uma das incorporadoras, em todos os direitos e obrigações da sociedade cindida.

Em 14 de dezembro de 2009, com base no Protocolo e Justificação da Cisão Total e no Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, o patrimônio líquido cindido da Multimodal foi de R\$ 547.133. O montante global do acervo líquido da Multimodal cindido e incorporado pela ALL Malha Norte foi de R\$ 395.406, equivalentes à participação detida pela Multimodal na ALL Malha Norte.

Para a parcela do ágio incorporada pela Malha Norte, no valor de R\$ 2.050.356, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no valor total do ágio, conforme Instrução CVM n° 349, de 06 de março de 2001.

b) Restrição e condições de operação na concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2. Políticas contábeis

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de impairment, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2014.

a) A Companhia possui investimentos em entidades controladas em conjunto (Join Venture). No exercício de 2012, estes investimentos foram incluídos na consolidação aplicando-se o método da consolidação proporcional. A Companhia realizou a combinação de sua participação nas receitas, nas despesas, nos ativos, nos passivos e no fluxo de caixa das controladas em conjunto em uma base similar com suas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia tem participação direta de 50% nas seguintes entidades em 31 de dezembro de 2013:

- Terminal XXXIX de Santos S.A.: Empresa sediada em Santos, com atividade de exploração e operação de instalação portuária em geral e exploração comercial de terminal, conforme destacado na nota 1.
- Portofer Transporte Ferroviário Ltda.: Empresa sediada em Santos, responsável pelo controle de 90 km de linhas férreas no porto de Santos e tem como objetivo fazer a fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto de Santos, conforme descrito na nota 1.

Com a alteração do texto do CPC 19 (R2) – "Negócios em Conjunto", que passou a ser aplicado a partir de 1º de janeiro de 2013, o método de consolidação proporcional não será mais permitido para investimentos em empresas controladas em conjunto. Desta forma, a Companhia passou a aplicar o método de controle compartilhado, que ocorre quando o investidor possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial, deixando de realizar a consolidação do balanço com as entidades acima mencionadas. Para fins de comparação com o período anterior, os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas, foram ajustados para que a apresentação das notas explicativas às demonstrações financeiras esteja na mesma base de comparação. A tabela abaixo apresenta os valores comparativos e os impactos decorrentes dos ajustes:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial

			31/12/12
	Original	Ajuste	Reapresentado conforme CPC 19
	Consolidado		Controladora
Ativo			
Circulante	1.156.357	(5.770)	1.150.587
Não circulante	3.322.862	(3.591)	3.319.271
Total do ativo	4.479.219	(9.361)	4.469.858
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	692.753	(5.304)	687.449
Não circulante	2.271.991	(4.056)	2.267.935
Patrimônio líquido	1.514.475	(1)	1.514.474
Total do passivo e patrimônio líquido	4.479.219	(9.361)	4.469.858

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Resultados

			31/12/12
			Reapresentado
	Original	Ajuste	conforme CPC 19
	Consolidado		Controladora
Resultado	•		
Receita	1.540.684	(18.861)	1.521.823
Custo das vendas	(891.862)	15.261	(876.601)
Resultado de participações acionárias	2.600	1.285	3.885
Comercial Administrativas e gerais	(24.591)	1.792	(22.799)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.769)	9	(3.760)
Resultado financeiro	(165.855)	(32)	(165.887)
Imposto de renda e contribuição social	(79.897)	546	(79.351)
Prejuízo do exercício	377.310	-	377.310

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos fluxos de caixa

			31/12/12
	Original	Ajuste	Reapresentado conforme CPC 19
	Consolidado		Controladora
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	377.310	-	377.310
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes			
Depreciação e amortização	104.336	(3.491)	100.845
Equivalência patrimonial e ganho com investimentos	(2.600)	(1.285)	(3.885)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.729	(166)	40.563
Variação cambial e encargos sobre financiamentos e debêntures	2.958	7	2.965
Realização de receitas diferidas	(1.528)	-	(1.528)
Outorga de stock options	1.254	-	1.254
	522.459	(4.935)	517.524
(Aumento) redução nas contas do ativo			
Contas a receber de clientes	(114.686)	809	(113.877)
Estoques	128.329	(436)	127.893
Impostos e contribuições a recuperar	787	(1.017)	(230)
Dividendos e juros sobre capital próprio	_	4.338	4.338
Outros ativos	(8.469)	1.160	(7.309)
	5.961	4.854	10.815
Aumento (redução) nas contas do passivo			
Fornecedores	(90.322)	810	(89.512)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	12.788	(163)	12.625
Obrigações fiscais	(12.690)	1.603	(11.087)
Outros passivos	116.275	(744)	115.531
Outros passivos	26.051	1.506	27.557
	20.031	1.500	21.331
Geração operacional de caixa	554.471	1.425	555.896
Atividades de investimento			
Aquisição de bens do imobilizado	(297.901)	3.107	(294.794)
Aquisição (aumento) de participações	(2571501)	21107	(=>> .)
Utilização de caixa em atividades de investimentos	(297.901)	3.107	(294.794)
Atividades de financiamento	<u></u>		
Financiamento			
Captação de empréstimos	613.159	_	613.159
Amortização de empréstimos	(395.204)	_	(395.204)
Partes relacionadas	(22.334)	(1.383)	(23.717)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamento	195.621	(1.383)	194.238
Geração (atmização) de caixa em atividades de manetamento	193.021	(1.363)	194.238
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	452.191	3.149	455.340
Saldo inicial de caixa e equivalentes	386.633	(3.514)	383.119
Saldo final de caixa e equivalentes	838.824	(365)	838.459
Bako Inai de caixa e equivaciaes	030.024	(303)	030.439
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	452.191	3.149	455.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do valor adicionado

Demonstração do vaior adicionado			31/12/12
	Original	Ajuste	Reapresentado conforme CPC 19
	Consolidado	1 Juste	Controladora
Receitas			
Vendas de serviços	1.786.332	(21.494)	1.764.838
Outras receitas	(14.411)	25.248	10.837
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (Constituição)	(4.863)	-	(4.863)
	1.767.058	3.754	1.770.812
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços vendidos	(691.484)	970	(690.514)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(126.030)	(2.621)	(128.651)
Perda/Recuperação de valores ativos	4.374	742	5.116
Outras	5.701	(20.298)	(14.597)
	(807.439)	(21.207)	(828.646)
Valor adicionado bruto	959.619	(17.453)	942.166
Depreciação e amortização	(104.336)	3.491	(100.845)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	855.283	(13.962)	841.321
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial / ganho (perda) com investimentos	2.600	1.285	3.885
Receitas financeiras	44.581	(247)	44.334
	47.181	1.038	48.219
Valor adicionado total a distribuir	902.464	(12.924)	889.540
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	56.553	(5.653)	50.900
Benefícios	5.520	(1.193)	4.327
FGTS	1.413	(347)	1.066
	63.486	(7.193)	56.293
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	222.828	(3.810)	219.018
Estaduais	8.780	-	8.780
Municipais	877	(654)	223
	232.485	(4.464)	228.021
Remuneração de capitais de terceiros	240.424	(24.5)	240.224
Juros	210.436	(215)	210.221
Aluguéis	18.747 229.183	(1.052) (1.267)	17.695 227.916
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos	377.310	_	377.310
Lacros retigos	377.310	-	377.310
Valor adicionado total distribuído	902.464	(12.924)	889.540

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outras receitas (despesas) operacionais líquidas".

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, consequentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente à medida que os serviços são prestados e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita da Companhia e suas controladas, é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de armazenagem e de transbordo. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

• quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição
PIS - Programa de Integração Social 1,65
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

ICMS - Imposto Sobre Operações Relativas à

Circulação de Mercadorias e Serviços De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.5 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.6 Benefícios envolvendo pagamento de ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 20.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

2.7 Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociálos em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 27.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo; ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.9 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contrap restação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.10 Imobilizado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

LocomotivasVagões25 anos30 anos

• Via permanente Limitado ao prazo da concessão de 67 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13 Ativos intangíveis

de valor recuperável.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ágios gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros. Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14 Estoques

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção.

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16 Caixa e equivalentes de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação. Para maiores informações, vide nota explicativa 4.

2.17 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 523.050 (R\$ 632.131 em 31 de dezembro de 2012). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 8.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade que está demonstrado em nota explicativa 27.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

2.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A principal mudança ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2015 é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	_	31/12/13	31/12/12
Caixa e Bancos		7.432	637
Aplicações Financeiras			
CDB's	(i)	787.191	554.568
Taxa Pré	(ii)	122.910	-
Títulos do Governo	(iii)	412.679	267.928
Fundos	(iv)_	130.832	15.326
	_	1.453.612	837.822
	_	1.461.044	838.459

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, compostos por:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI (taxa média de 102% do CDI);
- (ii) Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários CDB's com taxa pré-fixada;
- (iii) Investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic);
- (iv) Investimentos em Fundos compostos principalmente por títulos do governo.

4. Contas a receber de clientes

	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes		
Clientes terceiros	118.125	149.340
Clientes intercompany	80.272	22.244
	198.397	171.584
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa	(6.369)	(9.462)
	192.028	162.122

Os saldos de contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

Em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

	Saldo ainda não vencido e sem perda	Saldo vencido						
Período	por redução ao valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	PDD	Total
31/12/13	101.677	32.031	24.325	10.215	23.780	6.369	(6.369)	192.028
31/12/12	97.175	33.967	17.865	5.630	7.485	9.462	(9.462)	162.122

5. Transações com partes relacionadas

	Ativo cir	culante	Ativo não c	irculante	Passivo cir	rculante	Passivo não	circulante	Recei	tas	Despesas/	/Cus tos
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
ALL Intermodal	3.990	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL Malha Oeste	100	257	-	-	256	514	-	-	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	21.093	6.795	152.158 (i)	115.401 (i)	11.423	1.552	708	733	77.749	74.313	781.269	547.213
ALL Malha Sul	2.960	13.920	448	-	22.239	4.043	182	122	-	-	5.846	5.126
ALL S.A.	50.085	258	-	-	2.740	-	-	-	268.869	-	270.079	11.463
ALL Serviços	-	-	-	-	4.434	421	12.004	-	-	-	26.327	5.426
Brado Logística e Participações	-	186	-	-	90	-	-	-	5.714	2.403	3.180	5.419
Ritmo Logística	1.975	-	-	-	7	11	-	-	4.933	1.120	8.102	2.146
Terminal XXIX	-	824	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portofer	69	4	19.878	13.878	1.464	-	-	-	-	-	-	
	80.272	22.244	172.484	129.279	42.653	6.541	12.894	855	357.265	77.836	1.094.803	576.793

a) Créditos e débitos com empresas ligadas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

(i) Saldo decorrente de operações ferroviárias intercompany e adiantamento de partilha entre Malha Norte e Malha Paulista.

b) Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

Os saldos em aberto no final do período são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora, a saber:

Garantidora	31/12/13
ALL S.A.	
Debêntures	2.004.954
Total	2.004.954

Transações com outras partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Em ata de Assembleia Geral realizada em 17 de abril de 2013, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho Fiscal o valor de R\$ 792, e como verba global anual para a remuneração dos Administradores, o valor de até R\$ 34, estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

	31/12/2013	31/12/2012
Remurações	30	30

6. Impostos e contribuições a recuperar

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

_	31/12	2/13	31/1	2/12
-	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
IRRF	-	399	-	2.358
IRPJ/CSLL	22.031	-	5.679	-
COFINS	48.294	23.177	29.210	26.289
PIS	10.486	5.031	6.342	5.695
ICMS (i)	23.042	47.058	23.783	29.194
Outros		5.580	2.057	423
_	103.853	81.245	67.071	63.959

(i) Créditos de ICMS referente a aquisição de insumos e diesel utilizados na prestação de serviço de transporte.

7. Adiantamentos e outras contas a receber

Adiantamentos a Fornecedores	_	31/12/13	31/12/12
Adiantamentos Fornecedores Nacionais	(i)	137.807	35.180
Adiantamentos Partilha Intercompany	(ii)	109.159	-
Adiantamentos Fornecedores Exterior	(iii)	9.147	5.354
Outros adiantamentos	_	2.557	448
	=	258.670	40.982

- (i) São registrados valores referentes a adiantados de contratação de serviços de terceiros e aquisição de materiais.
- (ii) Antecipação de partilha de malha ferroviária com empresas do grupo ALL, o qual será realizado via prestação de serviços.
- (iii) São registrados os valores adiantados para fornecedores de materiais de consumo e fornecedores de prestação de serviços referente a importações.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	31/12/13	31/12/12
Lucro antes dos tributos	404.854	456.661
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	(137.650)	(155.265)
Ajustes do imposto por:		
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	2.875	1.313
Efeito diferenças sem constituição de imposto diferido	39.483	10.867
Constituição IR diferido	(38.024)	-
Efeito redução aliquota incentivo SUDAM	59.374	53.722
Stock Options	(235)	(426)
Efeito de amortização do ágio	10.079	10.079
Outras diferenças permanentes	2.035	359
Receita(despesa) efetiva	(62.063)	(79.351)
Provisão para impostos correntes	(32.114)	(38.788)
Impostos diferidos	(29.949)	(40.563)

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço, podem ser demonstradas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	_	31/12/13	31/12/12
Prejuízos fiscais		177.837	214.925
Provisão para remuneração variável		2.800	4.536
Provisão ICMS Dificil Realização		3.705	1.008
Provisão para questões fiscais		-	19
Provisões trabalhistas		323	368
Provisão para questões cíveis		308	-
Provisão créditos liquidação duvidosa		2.165	3.217
Operações de hedge a liquidar		(739)	(177)
Provisões		-	977
Ajustes RTT	(i) _	102.128	101.705
Total dos créditos fiscais		288.527	326.578
(-) Créditos não registrados	(ii) _	66.240	74.673
		222.287	251.905
Reconciliação do ativo fiscal diferido			
Saldo de abertura		252.236	292.799
Receita/(despesa) de imposto reconhecida na resultado	0	(29.949)	(40.563)
Saldo	_	222.287	252.236

- (i) Os créditos diferidos sobre os ajustes de RTT, referem-se as operações de arrendamento mercantil, baixa de ativo diferido e ajuste a valor presente.
- (ii) Os créditos tributários cujas expectativas de recuperação sejam acima de 10 anos são apresentados em conta redutora denominada "créditos não registrados".

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	31/12/13	31/12/12
2014	43.419	55.767
2015	38.478	29.110
2016	46.227	31.750
2017	54.123	54.436
2018	27.014	54.436
Após 2018	13.026	26.737
Total	222.287	252.236

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições do CPC 32. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, as quais têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

9. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para demandas judiciais.

	Contingências						
	Ativo não	circular	nte	Pro	ováveis	Poss	síveis
	31/12/13	31/12	/12 3	1/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Ações trabalhistas	10.560	10.	057	950	1.083	3 28.028	38.940
Ações cíveis e ambientais	-		-	905	974	7.850	576
Ações tributárias	_			-	5	7 19.684	261.999
	10.560	10.	057	1.855	2.114	55.562	301.515
	31/12	2/12	Adiçõe	S Pa	gamentos	Reversões	31/12/13
Ações trabalhistas	1.	.083	4.8	63	(4.956)	(40)	950
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	S	974	5	37	(606)	-	905
Ações tributárias		57	_		(57)	-	-
Total	2.	114	5.4	00	(5.619)	(40)	1.855

A Companhia está envolvida em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

a) Ações trabalhistas

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2013 registra uma provisão de R\$ 950 (R\$ 1.083 em 31 de dezembro de 2012), para fazer face àqueles casos em que seus advogados consideram o risco de perdas como prováveis.

Dentre os objetos dos pedidos nas ações trabalhistas incluem-se: equiparações salariais, horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, entre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Ações cíveis e ambientais

A Companhia é parte em diversas ações cíveis tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral tais como: ações possessórias em geral, desapropriações, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, a Companhia mantém registros para as perdas prováveis no montante de R\$ 905 (R\$ 974 em 31 de dezembro de 2012).

c) Ações tributárias

Nas ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2013, não houve perdas consideradas como prováveis de perda, não havendo desta forma, saldo constituído de provisão (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2012).

ICMS Exportação - Em junho de 2011, o Estado do Mato Grosso lavrou auto de infração em face da ALL Malha Norte, no valor original de R\$ 120.687, referente a operações de transporte de mercadorias destinadas à exportação, no período de 2006. A ALL Malha Norte apresentou impugnação ao lançamento por entender que as operações estão amparadas pela não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, prevista no art. 155 da Constituição Federal. Em agosto de 2011, a ALL Malha Norte recebeu a decisão de 1ª Instância Administrativa, a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 70.940. Em sede de Recurso Administrativo a ALL Malha Norte obteve decisão parcialmente favorável que reduziu o débito para R\$ 30.421. Com o fim do processo administrativo, a empresa ingressou com medida judicial para seguir com a discussão do montante controverso. A ação é considerada como possível de perda.

10. Investimentos

Participações em controladas e coligadas

		Equivalencia	Ganno/Perdas de		
Participação	31/12/12	patrimonial	investimentos	Dividendos	31/12/13
50%	43.826	-	-	-	43.826
50%	14.926	1.619	(283)	(426)	15.836
10%	10.231	2.644	1	-	12.876
20%	-	4.192	(3.116)	-	1.076
_	68.983	8.455	(3.398)	(426)	73.614
	50% 50% 10%	50% 43.826 50% 14.926 10% 10.231 20% -	Participação 31/12/12 patrimonial 50% 43.826 - 50% 14.926 1.619 10% 10.231 2.644 20% - 4.192	Participação 31/12/12 patrimonial investimentos 50% 43.826 - - 50% 14.926 1.619 (283) 10% 10.231 2.644 1 20% - 4.192 (3.116)	Participação 31/12/12 patrimonial investimentos Dividendos 50% 43.826 - - - - 50% 14.926 1.619 (283) (426) 10% 10.231 2.644 1 - 20% - 4.192 (3.116) -

	Controladas	s / coligadas	Controladora						
	Patrimônio	Resultado	Equivalência	patrimonial	Valor dos investimentos				
Investimentos	líquido	do período	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12			
TGG	133.342	31.021	2.644	2.578	12.876	10.231			
Portofer	87.652	-	-	-	43.826	43.826			
Terminal XXXIX	32.653	4.218	1.619	1.285	15.836	14.926			
TMG	1.076	4.192	4.192		1.076				
			8.455	3.863	73.614	68,983			

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

		31/12/13	31/12/12	% Taxas médias	
	-	Depreciação			anuais de
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	de pre ciação
Benfeitorias em bens de terceiros					
Locomotivas	257.782	(5.631)	252.151	92.754	4,00%
Vagões	14.986	(206)	14.780	112.797	3,33%
Via permanente	886.572	(26.020)	860.552	121.220	1,25%
Outros	28.552	(2.412)	26.140	3.494	5,34%
	1.187.892	(34.269)	1.153.623	330.265	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	234	(234)	-	128.252	4,00%
Vagões	-	-	-	140.754	3,33%
Via permanente	1.235.380	(178.935)	1.056.445	1.078.174	1,25%
Almoxarifado de bens de uso	906	-	906	2.016	-
Terrenos	17.010	-	17.010	14.413	-
Edificações	53.373	(26.672)	26.701	38.470	5,20%
Móveis e Utensílios	1.937	(1.934)	3	144	10,00%
Veículos rodoviários	862	(862)	-	-	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	6.435	(5.763)	672	272	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	17.642	(7.927)	9.715	8.142	9,70%
Equipamentos para manutenção de via					
permanente e transporte ferroviário	2.391	(2.391)	-	(236)	9,94%
Aeronave	12.622	(1.572)	11.050	9.154	10,00%
Outros	5.447	(3.224)	2.223	2.471	10,00%
	1.354.239	(229.514)	1.124.725	1.422.026	
Arrendamento Mercantil					
Locomotivas	347.021	(124.856)	222.165	209.417	9,80%
Vagões	506.004	(116.352)	389.652	280.330	11,83%
	853.025	(241.208)	611.817	489.747	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	26.069	-	26.069	11.053	
Vagões	-	-	-	11.053	
Via Permanente	7.019	-	7.019	525.035	
Outros	334		334	5.527	
	33.422		33.422	552.668	
	3.428.578	(504.991)	2.923.587	2.794.706	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	S	aldo em 31/12/12		Movimentação do Período				Saldo em 31/12/13			
Classes do Imobilizado	Custo bruto	Depreciação acumulada	Liquido	Aquisições	Movimentações que não afetam o caixa	Baixas	Transferencias	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido
Locomotivas	262.194	(41.188)	221.006	39.283	(44.066)	(195.191)	195.796	35.323	258.016	(5.865)	252.151
Vagões	336.474	(82.923)	253.551	-	(234.234)	(110.332)	23.078	82.717	14.986	(206)	14.780
Via permanente	1.370.179	(170.785)	1.199.394	2.096	(26)	(329)	750.032	(34.170)	2.121.952	(204.955)	1.916.997
Arrendamento mercantil	663.025	(173.277)	489.748	-	190.000	-	-	(67.931)	853.025	(241.208)	611.817
Imobilizações em andamento e ativos em construção	552.668	-	552.668	440.949	43.147	-	(1.003.342)	-	33.422	-	33.422
Outros	125.061	(46.722)	78.339	13.798	(1.773)	(24.345)	34.436	(6.035)	147.177	(52.757)	94.420
TOTAL	3.309.601	(514.895)	2.794.706	496.126	(46.952)	(330.197)	-	9.904	3.428.578	(504.991)	2.923.587

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram incorporados ao imobilizado investimentos em via permanente e aquisição de material rodante para a operação da Companhia

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados às contas de imobilizações em andamento, R\$ 47.274 (R\$ 55.091 em 31 de dezembro de 2012) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. A capitalização dos juros foi calculada com base na taxa média de 102,3% do CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor total de depreciação líquida engloba os valores calculados de depreciação com efeito no resultado, que foram de R\$79.827 e a depreciação acumulada dos imobilizados baixados referente aos grupos de locomotivas e vagões, que foram no total de R\$117.260.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 611.817 (R\$ 489.748 em 31 de dezembro de 2012). No exercício de 2013 houve adições ao imobilizado R\$ 190.000 (R\$ 63.509 em 2012), de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos. Estas adições, não afetaram o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 15.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

12. Fornecedores

	31/12/13	31/12/12
Materiais	126.980	35.133
Serviços	22.819	34.133
Combustíveis	4.665	12.570
Intercompany	42.653	6.541
Outros	30.242_	6.833
	227.359	95.210

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/13	31/12/12
Controladora					
Em moeda nacional					
			Trimestrais/mensais		
			até setembro de		
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5%	6,5 <u>0%</u>	2016	135.269	243.691
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 3%	8,0 <u>0%</u>	até janeiro de 2016	65.548	97.007
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,71%	7,7 <u>1%</u>	junho de 2029	521.516	386.779
			Trimestrais/mensais		
	TJLP +1,4%	6,40%	junho de 2022	165.306	79.416
			Trimestrais/mensais		
BNDES (FINAME)	Pré 2,50%	2,50%	janeiro de 2023	87.999	
NCE	URTJLP + 5,95%	5 10,95%	Julho de 2015	104.726	
	109% do CDI	8,78%	Setembro de 2018	304.046	
	112% do CDI	9,04%	Outubro de 2018	150.873	
FINIMP	3,10% Pré USD	3,10%	Março de 2014	6.954	1.046
				1.542.237	807.939
Donado no ainsulant				101 255	156 500
Parcela no circulante				191.355	156.589
Parcela no não circulante				1.350.882	651.350

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	31/12/13	31/12/12
2015	204.563	162.696
2016	134.966	70.878
2017	260.549	39.433
2018	238.334	26.569
A partir de 2018	512.470	351.774
Total	1.350.882	651.350

Abreviaturas:

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo FINIMP - Financiamento de Importação NCE - Nota de Crédito a Exportação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Quando a Companhia assume compromissos em moeda estrangeira no Brasil, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar, convertido em uma porcentagem do CDI de acordo com as condições de mercado.

Os empréstimos com o BNDES acima demonstrados, destinados a investimentos, estão sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros de liquidez relacionados com a dívida líquida e resultados financeiros, os quais são mensurados e avaliados de forma consolidada na ALL – América Latina Logística S.A. A Companhia está adimplente com estes índices em 31 de dezembro de 2013.

As garantias concedidas sobre os empréstimos e financiamentos são:

- (i) Caução da totalidade das ações emitidas da ALL Malha Norte, de propriedade da controladora ALL América Latina Logística S.A.
- (ii) Caução da receita sobre o produto da cobrança da tarifa pela prestação dos serviços de transporte ferroviário, decorrentes do projeto da obra da ALL Malha Norte.
- (iii) Vinculação da receita de contratos de prestação de serviço.
- (iv) Notas promissórias.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA ajustado é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida líquida consolidada/EBITDA					
ajustado consolidado	3,00	2,50	2,50	2,50	2,50

A *covenant* EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da "ALL Argentina". Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
EBITDA ajustado					
consolidado/Resultado financeiro	2.00	2.00	2.00	2.00	2.00

A Companhia vem cumprindo com os indicadores financeiros. No entanto, caso a Companhia venha descumprir estas cláusulas, o pagamento dos referidos empréstimos será exigido imediatamente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas e penalidades dos contratos de empréstimos:

Os contratos de empréstimos estão diretamente vinculados aos limites financeiros determinados, pois afetam a dívida líquida e o resultado financeiro, que são itens pertencentes às covenants.

Conforme podemos observar na tabela abaixo as cláusulas restritivas vem sendo atendidas pela Companhia.

	4T12	1T13	2T13	3T13	4T13
Dívida líquida / EBITDA ajustado	2,34	2,30	2,43	2,24	2,17
EBITDA ajustado					
consolidado/Resultado financeiro	3,07	3,22	3,37	3,43	3,58

14. Debêntures

As séries emitidas pela Companhia são:

						31/12/13		31/12/12	
					Taxa	Passivo	Passivo não	Passivo	Passivo não
Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	e fe tiva	circulante	circulante	circulante	circulante
Controladora						·			
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	6,50%	68.700	59.838	68.780	124.491
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	8,20%	3.288	163.593	4.748	164.086
8ª emissão	18/10/12	160.000	19/10/20	10,10% Pré BRL	10,10%	3.036	159.721	2.568	153.949
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% CDI		20.610	61.831	20.674	66.808
Debêntures Privadas	30/04/12	300.000	02/05/16	CDI + 1,7%	10,73%		116.725		318.777
						95.634	561.708	96.770	828.111

Composição por ano de vencimento das parcelas exigíveis a longo prazo:

	31/12/13	31/12/12
2.015	27.906	73.803
2.016	75.390	77.037
2.017	94.290	407.235
2.018	50.579	54.944
A partir de 2019	313.543	215.092
Total	561.708	828.111

Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 13 "Empréstimos e financiamentos" e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites causa, automaticamente, vencimento antecipado. Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observada na nota explicativa 5 "Transações com partes Relacionadas".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros

Os instrumentos derivativos da Companhia apresenta os seguintes saldos:

	Vencimento	31/12/13	31/12/12
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US	\$, com Swap para CDI)		
Operações de swap		-	4
Em moeda nacional			
Operações de swap	<u> </u>	(28.021)	-
Termo de Moeda	Fevereiro de 2014	1.146	-
Total		(26.875)	4
Parcela no circulante		1.945	4
Parcela no não circulante		27.897	

16. Arrendamento mercantil

16.1Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia tem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Para atender aos novos requerimentos de registro de transações com essas características, a Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis financeiros são:

31		12/13	31/12/12	
Bens	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Materiais rodantes	62.388	660.971	71.472	540.402

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos.

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, adicionados de seus encargos financeiros, são os seguintes:

	Tota	l dos futuros pag	amentos
Bens	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Materiais rodantes	76.731	335.936	58.043

16.2 Arrendamento mercantil operacional

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguéis de veículos e imóveis. A Companhia não tem nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

A Companhia é contraparte em operação de arrendamento mercantil operacional, com os seguintes montantes de pagamento mínimo:

Total dos pagamentos mínimos futuros

	_		pagamentos	
Bens		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos	(i)	60	20	-
Imóveis	(ii)	224	-	-
Locomotivas	(iii)	494	2.472	412
Vagões	(iii)	2.520	12.600	6.720
Terminais	(iv)	19.540	97.701	151.437
	_	22.838	112.793	158.569

- (i) Contratos de aluguéis de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2012) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de abril de 2013.
- (ii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.
- (iii) Contrato de locomotivas e vagões, cujos contratos possuem vigência até 2017. Os valores são reajustados pelo IPCA.
- (iv) Contratos de terminais utilizados nas Concessionárias, cujos contratos possuem vigência até 2027. Os valores são reajustados, em sua maioria, pelo IPCA

17. Contrato de concessão

A ALL Malha Norte explora serviços de transporte ferroviário sob o regime de concessão outorgada pelo poder público, sendo do tipo "não-onerosa".

Em 19 de maio de 1989, a ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). A concessão foi realizada por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar sub-concessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a consequente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; e f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível.

Ocorrendo a encampação os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

18. Adiantamentos de clientes

Os valores de R\$ 140.097 no passivo circulante (R\$ 96.006 em 31 de dezembro de 2012), correspondem às antecipações de valores recebidos de clientes e garantidos por contratos de futuros transportes de soja, derivados de petróleo, além de outras garantias subsidiárias. As taxas de remuneração variam de 100% a 125% do CDI.

19. Parcelamentos fiscais e previdenciários

	31/2	12/13	31/1	12/12
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09	1.534	2.653	7.564	3.947
ISS	32		94	
	1.566	2.653	7.658	3.947

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

20. Antecipação de créditos imobiliários

	31/12/13		31/12/13 31/12/12		2/12
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Antecipações de créditos imobiliários	105.214	179.517	105.214	228.560	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização – contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia – MT,

A CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é constituído por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 69.380.885 ações preferenciais nominativas "A" e 5.129.741 ações preferenciais nominativas "B".

As ações preferenciais "A" não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- (i) Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
- (ii) Prioridade na distribuição de dividendos.
- (iii) Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

b) Distribuição de dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	342.791	377.310
Prejuízos acumulados	(64.196)	(442.007)
Ajuste custo atribuído controladora	501	501
Lucro líquido após compensação de prejuízos	279.096	(64.196)
Reserva Legal (5%)	(13.955)	-
Reserva incentivos fiscais	(59.374)	-
Lucro líquido do exercício - Ajustado	205.767	(64.196)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	51.442	-
Quantidade de ações preferenciais A	69.381	69.381
Dividendos por ação preferenciais A	0,0733	-
Quantidade de ações preferenciais B	5.130	5.130
Dividendos por ação preferenciais B	0,0666	0,00000
Quantidade de ações ordinárias	690.816	690.816
Dividendos por ação ordinárias	0,0666	0,00000

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Incentivos fiscais – SUDAM

Em 26 de setembro de 2007 a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste período calculados até 31 de dezembro de 2013 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 59.374 (R\$ 53.772 em 31 de dezembro de 2012), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

O incentivo fiscal está atrelado ao objetivo da Companhia de aumentar e manter investimentos na região da Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região, proporcionando incremento nos níveis de emprego, renda e produção; contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

O descumprimento, por parte da empresa beneficiária, dos objetivos do projeto e de cláusulas condicionantes, que caracterize desvio da aplicação dos recursos dos Fundos, resultará no cancelamento, pelo Conselho deliberativo da SUDAM, dos incentivos aprovados; e no recolhimento, pela empresa beneficiária, ao Banco operador, das quantias recebidas, atualizadas pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescida de multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês, deduzidas, no caso de aplicação de recursos sob a forma de debêntures, as parcelas já amortizadas (Lei nº 8.167/91, artigo 12, § 1º, inciso I, e inciso II, este com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.740-31, de 06/05/99).

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas devidamente e não existem outras contingências referentes a este incentivo.

22. Remuneração baseada em ações

Executivos e pessoas chave da administração da Companhia são beneficiários de plano de remuneração, através do qual recebem opções de ações de emissão da ALL – América Latina Logística S.A. (Holding e última controladora do grupo).

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 691 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.254 em 31 de dezembro de 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, outorgou a administração do Programa ao Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações ("Comitê"), representado por todos os membros do Conselho de Administração e formado exclusivamente para este fim. Compete ao Comitê administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado anualmente a 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas.

Os programas podem contemplar 2 (dois) grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como "Contrato A" (comuns a todos os programas) e "Contrato B" (presentes a partir do "Programa 2006").

No "Contrato A" o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

(i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O Plano não prevê hipóteses de liquidação das opções a vista, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

Com o advento da CPC 10, que objetiva registrar o valor justo dos instrumentos concedidos como custo do serviço prestado pelos beneficiários dos programas, o grupo alocou os custos nas Companhias onde os beneficiários prestam seus serviços.

23. Resultado financeiro líquido

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/13	31/12/12
(229.644)	(199.679)
(33.947)	(11.144)
(4.642)	602
(268.233)	(210.221)
75.911	39.242
566	5.092
76.477	44.334
(191.756)	(165.887)
	(229.644) (33.947) (4.642) (268.233) 75.911 566 76.477

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/12/13	31/12/12
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	342.791	377.310
Por ação ordinária	306.638	337.516
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	33.876	37.288
Por ação preferencial "B"	2.277	2.506
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	690.816	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	69.381	69.381
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,4439	0,4886
Por ação preferencial "A"	0,4883	0,5374
Por ação preferencial "B"	0,4439	0,4886

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são consolidadas, e analisadas em bases consolidadas do grupo ALL, apenas demonstradas na controladora ALL – América Latina Logística S.A, não havendo análises para fins de tomadas de decisões de forma individualizada para a Malha Norte.

26. Outras receitas / despesas

26.1 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/13	31/12/12
Venda de inservíveis	2.776	-
Venda de ativo imobilizado	3.784	3.665
Outras receitas	855	7.172
Total	7.415	10.837

Outras Despesas Operacionais

	31/12/13	31/12/12
Taxas	1.220	1.126
Baixa de bens do imobilizado	-	6.423
Baixa de inservível	-	4.205
Outras despesas operacionais	4.339	2.843
Total	5.559	14.597
Total outras receitas e despesas	1.856	(3.760)

26.2 Depreciação, serviços de terceiros e combustíveis incluídos na demonstração consolidada do resultado

	31/12/13	31/12/12
Combustível	98.533	54.576
Serviços terceiros	40.773	28.912
Depreciação e amortização	117.260	100.845
Locações	43.296	17.695

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.3 Receita líquida

_	31/12/13	31/12/12
Receita bruta	2.026.665	1.764.838
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelame	(209.787)	(243.015)
Receita líquida	1.816.878	1.521.823

Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista - Resolução 1.773 - ANTT

Em 20 de dezembro de 2006 foi publicada a resolução 1.773 da ANTT, que instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário. As novas regras de contabilização passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2008 e determinaram que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário ("Partilha"), que até então era deduzido da linha de Receita Vendas e/ ou Serviços passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte.

Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos):

	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de serviços de transporte	1.816.878	1.521.823
Partilha devida para a ALL Malha Paulista	(709.002)	(547.394)
	1.107.876	974.429

27. Seguros

A Companhia efetua as contratações de seguros de forma centralizada abrangendo todas as empresas do grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	o Cobertura por eventos		ortância gurada	Vigência
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$	60.000	15/09/2013 a 15/09/2014
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluíção, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$	10.000	30/04/2013 a 30/04/2014
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$	2.200	30/06/2013 a 31/07/2014

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisar a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor co	ntábil	Valor justo		
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/13	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.461.044	838.459	1.461.044	838.459	
Contas a receber de clientes	192.028	162.122	192.028	162.122	
Adiantamentos e outras contas a receber	258.670	40.982	258.670	40.982	
Instrumentos derivativos	1.945	-	1.945	-	
Créditos a receber de empresas relacionadas	172.484	129.279	172.484	129.279	
Depósitos restituíveis e valores vinculados	10.560	10.057	10.560	10.057	
Total	2.096.731	1.180.899	2.096.731	1.180.899	

	Valor co	ontábil	Valor justo		
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/13	
Passivos financeiros					
Debêntures	657.342	924.881	657.342	924.881	
Adiantamento de clientes	140.097	96.006	140.097	96.006	
Arrendamento mercantil financeiro	723.359	611.874	723.359	611.874	
Empréstimos e financiamentos	1.542.237	807.939	1.542.237	807.939	
Instrumentos derivativos	-	4	-	4	
Antecipação de crédito imobiliário	284.731	333.774	284.731	333.774	
Créditos a pagar de empresas relacionadas	12.894	855	12.894	855	
Contas a pagar a fornecedores	227.359	95.210	227.359	95.210	
Total	3.588.019	2.870.543	3.588.019	2.870.543	

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- •O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos às instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do patrimônio líquido e da classificação de risco de cada instituição.

Risco de Apreciação da Taxa de Juros Operação	Risco	Valor	Valor Justo em	Cenário Provável	Ganho/(perda)	Ganho/(perda)
Operação	Risco	Nocional	31/12/13	Cenario i iovavei	+ 25%	+ 50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Debênture 8ª Emissão Malha Norte	CDI	161.397	28.021	16.471	16.471	16.471
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	PRÉ	(161.397)	(28.021)	(19.720)	(24.650)	(29.580)
Impostos Parcelados	CDI		(4.219)	(464)	(580)	(696)
Referências						
CDI Médio (a.a.)				11,00%	13,75%	16,50%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2013	Cenário Provável	'Ganho/(perda) + 25%	'Ganho/(perda) + 50%
PARCELAMENTO IMPOSTOS					
Curto Prazo	CDI	(1.566)	(172)	(215)	(258)
Longo Prazo	CDI	(2.653)	(292)	(365)	(438)
Total		(4.219)	(464)	(580)	(696)
Referências					
CDI Médio (a.a.)			11,00%	13,75%	16,50%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

b) Risco de deterioração de encargos financeiros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos passivos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida (dívida total indexada ao CDI – aplicações financeiras indexadas em CDI). A exposição líquida da empresa à taxa de juros é bastante reduzida, não justificando a contratação de derivativos para mitigála. A empresa monitora continuamente esta exposição para avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos derivativos, a fim de mitigar o risco de variação de taxa de juros.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o CDI projetado para o exercício de 2013, segundo projeções macroeconômicas:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido

Operação	Risco	Cenário Provável	Ganho/(perda) +25%	Ganho/(perda) +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	146.418	183.023	219.628
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	13.250	13.250	13.250
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
Financiamentos Indexados à TJLP	TJLP	90.923	105.997	121.070
Financiamentos Indexados ao CDI	CDI	55.043	68.803	82.564
Debêntures Indexadas ao CDI	CDI	29.052	35.833	42.614
Antecipação de créditos imobiliários indexados ao CDI	CDI	48.206	57.967	67.727
		382.892	464.872	546.853
Referências				
CDI Médio (a.a.)		11,00%	13,75%	16,50%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%
IPCA		6,10%	7,63%	9,15%

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

c) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap "Dólar-Real" no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor Nocional (USD mil)	Valor Justo em 31/12/13	Cenário Provável	Ganho/(perda) +25%	Ganho/(perda) +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito s	obre forne	cedores / impor	tações:			
Fornecedores longo prazo	USD	(9.263)	(1.291)	(1.907)	(2.384)	(2.861)
Swaps Ponta Ativa por Contraparte:						
Contraparte HSBC	USD	3.157	-	645	5.141	9.638
Contraparte Bradesco	USD	-	368	-	-	-
Contraparte Santander	USD	1.902	368	389	3.097	5.806
Contraparte Itaú	USD	2.961	555	605	4.821	9.037
Efeito líquido sobre fornecedores / importações		(1.243)	-	(268)	10.675	21.620
Referências						
Dólar USD/R\$				2,45	3,06	3,68

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

d) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

Valor justo das operações derivativas por vencimento

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO			CUMULADO O ATUAL)
DESCRIÇÃO					VALOR A	VALOR A
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	RECEBER /	PAGAR /
					(RECEBIDO)	(PAGO)
CONTRATOS DE "SWAPS": POSIÇÃO LÍQUIDA						
RISCO DE MOEDA ESTRANGEIRA						
VENCIMENTOS USD x %CDI:	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
2T13	-	510	-	(4)	-	-
4T13	876	-	-	-	-	-
VENCIMENTOS EUR x %CDI:	EUR	EUR	R\$	R\$	R\$	R\$
1T14	1.378	-	368	-	368	-
RISCO DE TAXA DE JUROS						
² VENCIMENTOS TAXAS PRÉ x PÓS:	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2T14	2.900	-	555	-	555	-
4T20	160.000	160.000	(28.021)	6.129	-	(28.021)
TOTAL			(27.098)	6.125	923	(28.021)

As operações de SWAP do quadro de USD x % CDI acima são realizadas com um custo da ponta passiva média de 110% do CDI e um custo de ponta ativa de variação cambial acrescido de um spread médio de 1%.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: i) ao resultado, no caso dos derivativos em que não há o *hedge documentation*.

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2013, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40/IFRS 7 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia utiliza os seguintes critérios para classificação de nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

f) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2013	31/12/2012
-	38.535
190.134	121.049
1.894	2.538
192.028	162.122
	190.134 1.894

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

29. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2014, conforme publicado em fato relevante, sua controladora a ALL – América latina Logística S.A. (holding) recebeu uma Proposta enviada pela Rumo Logística Operadora Multimodal ("Rumo") com o objetivo de combinar as atividades da ALL com a Rumo, mediante a incorporação de ações de emissão da ALL pela Rumo, nos termos do art. 252 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A").

A Proposta, que é vinculante para a Rumo, será submetida à apreciação pelo Conselho de Administração da ALL em até 40 dias desta data. Em sendo a Proposta aprovada pelo Conselho de Administração da ALL, haverá a convocação imediata da Assembleia Geral para deliberar sobre a Incorporação, que deverá ser realizada nos 30 dias subsequentes à convocação. Caso a Incorporação seja aprovada pela Assembleia Geral da ALL, os acionistas da ALL dissidentes da operação não terão direito de retirada, nos termos do art. 137, II da Lei das S.A.

A Proposta prevê termos e condições usuais para este tipo de operação, incluindo a necessidade de aprovação prévia por eventuais terceiros, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

* * *

This document was created with Win2PDF available at http://www.win2pdf.com. The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only. This page will not be added after purchasing Win2PDF.